

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026/ADEPARÁ

PAE nº 2026/2601543

RESUMO



PROMOTOR

Estado do Pará | ADEPARÁ - Defesa Agropecuária do Estado do Pará

CNPJ nº 05.470.347/0001-11



OBJETO

Aquisição de PNEUS, conforme especificações, quantitativos e condições constantes no Termo de Referência.

ITENS: 03, 04, 08, 09, 14 e 15 são de participação exclusiva da ME/EPP.

ITENS: 01, 02, 05, 06, 07, 10, 11, 12 e 13 são de ampla participação.



MÉTODO DE DISPUTA

☒ Aberto e fechado



CRITÉRIO DE JULGAMENTO

☒ Menor preço



ENTREGA

<i>Forma</i>	Em parcela única.
<i>Prazo</i>	15 dias corridos após a emissão da nota de empenho.
<i>Local</i>	Tv. Mariz e Barros (Estrela), 1184, Pedreira, Cep: 66080-008, das 9h até as 14h, de segunda-feira até sexta-feira.

VALOR TOTAL

R\$ 1.767.842,48 (Um milhão, setecentos e sessenta e sete mil, oitocentos e quarenta e dois reais e quarenta e oito centavos.)



REAJUSTE

<i>Índice</i>	☒ IPCA
<i>Período</i>	A cada 12 meses , a contar de dd/mm/aaaa (data do orçamento estimado).

PAGAMENTO

<i>Forma</i>	Ordem bancária.
<i>Prazo</i>	30 dias corridos , a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.



ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

<i>Data</i>	28/07/2026.
<i>Hora</i>	10:00.

SUMÁRIO

CLÁUSULA 1

Promotor do pregão 4

CLÁUSULA 2

Fundamento legal..... 4

CLÁUSULA 3

Objeto 4

CLÁUSULA 4

Condições para participar da licitação.....10

CLÁUSULA 5

Fases da licitação, apresentação da proposta e documentos de habilitação.....13

CLÁUSULA 6

Preenchimento da proposta16

CLÁUSULA 7

Abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances17

CLÁUSULA 8

Julgamento das propostas.....22

CLÁUSULA 9

Habilitação24

CLÁUSULA 10

Adjudicação e homologação27

CLÁUSULA 11

Recursos28

CLÁUSULA 12

Infrações e sanções administrativas29

CLÁUSULA 13

Impugnação ao edital.....32

CLÁUSULA 14

Disposições finais33

REGULAMENTO DA COMPETIÇÃO

CLÁUSULA 1

Promotor do pregão

O PROMOTOR deste pregão é o **ESTADO DO PARÁ**, por intermédio de Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará, CNPJ nº 05.470.347.0001-11, com sede na Travessa da Estrella, nº 1184 (Mariz e Barros), neste ato representado pelo Diretor Geral Jamir Júnior Paraguassu Macedo.

CLÁUSULA 2

Fundamento legal

2.1. A presente licitação será realizada por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO** e observará a Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Estadual nº 2.939/23, o Decreto Estadual nº 2.940/23, Lei Complementar Federal nº 123/06, Portaria nº 77/2024 – ADEPARA de 25 de janeiro de 2024, que designam Agentes de Contratação, demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Edital.

CLÁUSULA 3

Objeto

3.1 O objeto desta licitação é a **aquisição de pneus**, conforme descrito no Termo de Referência (TR), o qual **ADERE** a este documento para todos os fins.

3.1.1. A especificação técnica dos materiais no arquivo PDF a ser baixada juntamente com o Edital no Comprasnet (Relação de Itens) geralmente é obtida a partir de aproximações do CATMAT/CATSER, não sendo editável, em alguns casos, pelo órgão promotor do certame. **Portanto, sempre que tal especificação não corresponder à descrição do Termo de Referência - TR, prevalecerá a que consta do TR.**

3.2 Os bens a serem licitados são os seguintes itens descritos no TR:

3.3 A licitação observará o seguinte:

O QUE SERÁ CONTRATADO?

Item	Descrição	Código SIMAS	Und	Qtd	Valor Unitário Estimado	Total
1	Pneu veículo automotivo, construção radial, devendo ter impresso o selo de vistoria do INMETRO, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, produto nacional, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 185/65/ ARO 15, tipo sem câmara, aplicação Renault/Sandero, Os pneus deverão ser de 1ª linha, com o máximo de 01 (um) ano de fabricação à data do fornecimento, e ter prazo de garantia de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo das mercadorias.	056168-1	Und	400	R\$ 449,18	R\$ 179.673,60
2	Pneu veículo automotivo, construção radial, devendo ter impresso o selo de vistoria do INMETRO, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, produto nacional, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 175/70/ ARO 13, tipo sem câmara, aplicação FIAT/UNO WAY, Os pneus deverão ser de 1ª linha, com o máximo de 01 (um) ano de fabricação à data do fornecimento, e ter prazo de garantia de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo das mercadorias.	003695-1	Und	400	R\$ 323,85	R\$ 129.540,00
3	Pneu veículo automotivo, construção radial, devendo ter impresso o selo de vistoria do INMETRO, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, produto nacional, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 175/70/ ARO 14, tipo sem câmara, aplicação FIAT/STRADA, Os	066038-8	Und	120	R\$ 424,94	R\$ 50.992,80

	pneus deverão ser de 1ª linha, com o máximo de 01 (um) ano de fabricação à data do fornecimento, e ter prazo de garantia de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo das mercadorias					
4	Pneu veículo automotivo, construção radial, devendo ter impresso o selo de vistoria do INMETRO, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, produto nacional, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 195/65/ ARO 15, tipo sem câmara, aplicação HONDA/CIVIC, Os pneus deverão ser de 1ª linha, com o máximo de 01 (um) ano de fabricação à data do fornecimento, e ter prazo de garantia de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo das mercadorias.	027979-0	Und	4	R\$ 502,96	R\$ 4.023,68
5	Pneu veículo automotivo, construção radial, devendo ter impresso o selo de vistoria do INMETRO, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, produto nacional, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 235/70/ ARO 16 ATR, tipo sem câmara, aplicação MITSUBSH/ L200 GL, Os pneus deverão ser de 1ª linha, com o máximo de 01 (um) ano de fabricação à data do fornecimento, e ter prazo de garantia de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo das mercadorias	053545-1	Und	400	R\$ 633,21	R\$ 253.284,00
6	Pneu veículo automotivo, construção radial, devendo ter impresso o selo de vistoria do INMETRO, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, produto nacional, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 235/75/ ARO 15 ATR, tipo sem câmara, aplicação FORD/	018246-0	Und	120	R\$ 905,30	R\$ 108.636,00

	RANGER, Os pneus deverão ser de 1ª linha, com o máximo de 01 (um) ano de fabricação à data do fornecimento, e ter prazo de garantia de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo das mercadorias.					
7	Pneu veículo automotivo, construção radial, devendo ter impresso o selo de vistoria do INMETRO, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, produto nacional, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 225/75/ ARO 16 ATR, tipo sem câmara, aplicação MITSUBSHI/L200 TRITON, Os pneus deverão ser de 1ª linha, com o máximo de 01 (um) ano de fabricação à data do fornecimento, e ter prazo de garantia de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo das mercadorias	040400-4	Und	200	R\$ 1.031,12	R\$ 206.224,00
8	Pneu veículo automotivo, construção radial, devendo ter impresso o selo de vistoria do INMETRO, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, produto nacional, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 205/75/ ARO 16 ATR, tipo sem câmara, aplicação FIAT/DUCATO, Os pneus deverão ser de 1ª linha, com o máximo de 01 (um) ano de fabricação à data do fornecimento, e ter prazo de garantia de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo das mercadorias	099343-3	Und	80	R\$ 873,90	R\$ 69.912,00
9	Pneu veículo automotivo, construção radial, devendo ter impresso o selo de vistoria do INMETRO, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, produto nacional, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 90/90/ ARO 19	079843-6	Und	180	R\$ 240,74	R\$ 43.332,20

	ATR, tipo sem câmara, aplicação HONDA/BROS 160, Os pneus deverão ser de 1ª linha, com o máximo de 01 (um) ano de fabricação à data do fornecimento, e ter prazo de garantia de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo das mercadorias.					
10	Pneu veículo automotivo, construção radial, devendo ter impresso o selo de vistoria do INMETRO, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, produto nacional, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 110/90/ ARO 17 ATR, tipo sem câmara, aplicação HONDA/BROS 160, Os pneus deverão ser de 1ª linha, com o máximo de 01 (um) ano de fabricação à data do fornecimento, e ter prazo de garantia de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo das mercadorias.	079643-3	Und	290	R\$ 375,11	R\$ 108.781,90
11	Pneu veículo automotivo, construção radial, devendo ter impresso o selo de vistoria do INMETRO, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, produto nacional, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 235/70/ ARO 16 MT/R (OFF ROAD), tipo sem câmara, aplicação MIT- SUBSH/ L200 GL, Os pneus deverão ser de 1ª linha, com o máximo de 01 (um) ano de fabricação à data do fornecimento, e ter prazo de garantia de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo das mercadorias.	053545-1	Und	150	R\$ 1.532,67	R\$ 229.900,50
12	Pneu veículo automotivo, construção radial, devendo ter impresso o selo de vistoria do INMETRO, e apresentar a garantia de fábrica		Und	100	R\$ 1.079,41	R\$ 107.941,00

	da validade dos pneus, produto nacional, produto novo, não reconicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 235/75/ARO 15 MT/R (OFF ROAD), tipo sem câmara, aplicação FORD/ RANGER, Os pneus deverão ser de 1ª linha, com o máximo de 01 (um) ano de fabricação à data do fornecimento, e ter prazo de garantia de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo das mercadorias.					
13	Pneu veículo automotivo, construção radial, devendo ter impresso o selo de vistoria do INMETRO, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, produto nacional, produto novo, não reconicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 225/75/ARO 16 MT/R (OFF ROAD), tipo sem câmara, aplicação MITSUBSH/ L200 TRITON, Os pneus deverão ser de 1ª linha, com o máximo de 01 (um) ano de fabricação à data do fornecimento, e ter prazo de garantia de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo das mercadorias	232565-9	Und	160	R\$ 1.387,80	R\$ 222.048,00
14	Pneu veículo automotivo, construção radial, devendo ter impresso o selo de vistoria do INMETRO, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, produto nacional, produto novo, não reconicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 90/90/ ARO19, OFF ROAD, tipo sem câmara, aplicação HONDA/ BROS 160, Os pneus deverão ser de 1ª linha, com o máximo de 01 (um) ano de fabricação à data do fornecimento, e ter prazo de garantia de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo das mercadorias.		Und	80	R\$ 309,75	R\$ 24.780,00

15	Pneu veículo automotivo, construção radial, devendo ter impresso o selo de vistoria do INMETRO, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, produto nacional, produto novo, não recondicionado e/ ou re-manufaturado, dimensões 110/90/ARO 17, OFF ROAD, tipo sem câmara, aplicação HONDA/BROS 160, Os pneus deverão ser de 1ª linha, com o máximo de 01 (um) ano de fabricação à data do fornecimento, e ter prazo de garantia de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo das mercadorias.		Und	80	R\$ 359,66	R\$ 28.772,80
VALOR GLOBAL ESTIMADO						R\$ 1.767.842,48

☒ **Divisão em itens**, conforme tabela do [item 3.2](#) deste edital;

CLÁUSULA 4

Condições para participar da licitação

4.1 Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2 O LICITANTE se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do PROMOTOR por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

4.3 É de responsabilidade do LICITANTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

4.4 A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) poderá motivar a inabilitação do LICITANTE por descumprimento do dever constante no item anterior.

4.5. Para os itens 03, 04, 08, 09, 14 e 15 a participação é **exclusiva** para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 123/06.

4.5.1 O benefício a que se refere o item anterior fica limitado às MEs e EPPs que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados superem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.6. Será concedido tratamento favorecido para as MEs, EPPs, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123/06 e na Lei Estadual nº 8.417/16.

4.7 Não poderão disputar esta licitação:

- a.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- b.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

- d.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si;
- g.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;
- h.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

4.8 É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou da execução do contrato.

4.9 Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

4.10 O impedimento de que trata a [alínea d do item 4.6](#) será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.

4.11 Desde que o órgão ou entidade julgue necessário para o atendimento da necessidade que motiva a contratação, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as [alíneas b e c do item 4.6](#) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.12 As empresas integrantes do mesmo grupo econômico também são consideradas como autoras do projeto.

4.13 O disposto nas [alíneas b e c do item 4.6](#) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como obrigação do contratado a elaboração do projeto executivo.

4.14 A proibição do [item 4.7](#) também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

CLÁUSULA 5

Fases da licitação, apresentação da proposta e documentos de habilitação

5.1 A licitação terá as seguintes fases:



5.2 Os LICITANTES encaminharão por meio do sistema eletrônico as suas propostas com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a abertura da sessão pública.

5.3 No cadastramento da proposta inicial, o LICITANTE declarará em campo próprio que:

- a.** Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

- b.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- c.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- d.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- e.** Se o LICITANTE for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4 As MEs, EPPs ou sociedade cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e podem usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4.1 Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo “*não*” impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;

5.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo “*não*” apenas impedirá que o LICITANTE se beneficie do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que ele seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

5.5 A realização de declarações falsas nos [itens 5.3](#) e [5.4](#) sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.

5.6 Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

5.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo LICITANTE. A classificação ocorrerá somente depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

5.8 Os documentos que compõem a proposta dos LICITANTES convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

5.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.10 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo proibido:

- a.** A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *menor preço*; e
- b.** A inserção de percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *maior desconto*.

5.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do [item 5.9](#) será **sigiloso** para os demais LICITANTES e para o PROMOTOR, mas pode ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno da administração.

5.12 Caberá ao LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.

5.13 O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

CLÁUSULA 6

Preenchimento da proposta

6.1 O LICITANTE deverá enviar sua proposta por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:

- a. ☒ valor do item.
- b. Marca.
- c. Fabricante.
- d. Descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do TR.

6.2 O LICITANTE está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta.

6.3 Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do LICITANTE e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do [item 7.13](#).

6.5 Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.6 A apresentação das propostas obrigará cumprir o que nelas estão contidas e em conformidade com o TR.

6.7 Em virtude do compromisso previsto no [item 6.6](#), o LICITANTE que apresenta proposta está obrigado a executar o objeto licitado nos termos da proposta, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidades e qualidades adequadas à execução contratual, promovendo sua substituição, quando requerido.

6.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.9 Os LICITANTES devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas:

- a.** Caso o critério de julgamento seja o de *maior desconto*, o preço decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas.
- b.** O descumprimento das regras deste item pode causar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:
 - 1.** Determinação, aos envolvidos, de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX, da CF/88; e/ou
 - 2.** Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Tesouro, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

CLÁUSULA 7

Abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

7.1 A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 A proposta que identifique o LICITANTE será desclassificada.

7.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.4 A não desclassificação da proposta não impede que ela seja julgada desclassificada, por ocasião de sua aceitação definitiva.

7.5 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

7.6 Apenas as propostas classificadas participarão da fase de lances.

7.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o PREGOEIRO e OS LICITANTES.

7.8 Iniciada a fase de lances, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9 O lance deverá ser ofertado do seguinte modo:

7.9.1 O lance deverá ser ofertado pelo **valores unitários e global máximos**.

7.10 Os LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

7.11 O LICITANTE somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital.

7.12 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances ofertados pelos LICITANTES será de R\$ 0,01 (um centavo)

7.13 O LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.14 O procedimento observará modo de disputa adotado da seguinte forma:

Modo de Disputa	Regras
☒ Aberto e fechado	a. No modo de disputa aberto e fechado, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado. b. A fase de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 minutos. Após esse tempo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, a partir daí, será aleatoriamente determinado um tempo de até 10 minutos para envio de lances. Terminado este prazo adicional, a recepção de lances será automaticamente encerrada. c. Encerrado o prazo previsto na alínea anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado, no prazo de 5 minutos. Este lance será <i>sigiloso</i> até o encerramento do prazo de 5 minutos.

- d. No procedimento de que trata a alínea anterior, o LICITANTE poderá manter o seu último lance da etapa aberta ou ofertar um lance melhor.
- e. Não havendo pelo menos 3 ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3, oferecer um lance final e fechado no prazo de 5 minutos. Durante este prazo, o lance terá caráter *sigiloso*.

7.15 Após o término dos prazos estabelecidos no [item 7.14](#), o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem *será crescente* de valores.

7.16 Não serão aceitos 2 ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.

7.17 Durante o transcurso da sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.

7.18 No caso de desconexão com o PREGOEIRO durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.

7.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o PREGOEIRO durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 horas da comunicação deste fato pelo PREGOEIRO aos LICITANTES, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20 Caso o LICITANTE não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

7.21.1 Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

7.21.2 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir comunicação automática para tanto.

7.21.3 Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

7.21.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1º poderá apresentar melhor oferta.

7.22 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:

Disputa final

Os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

Avaliação do desempenho contratual prévio

Deverão ser utilizados preferencialmente registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações contratuais prévias.

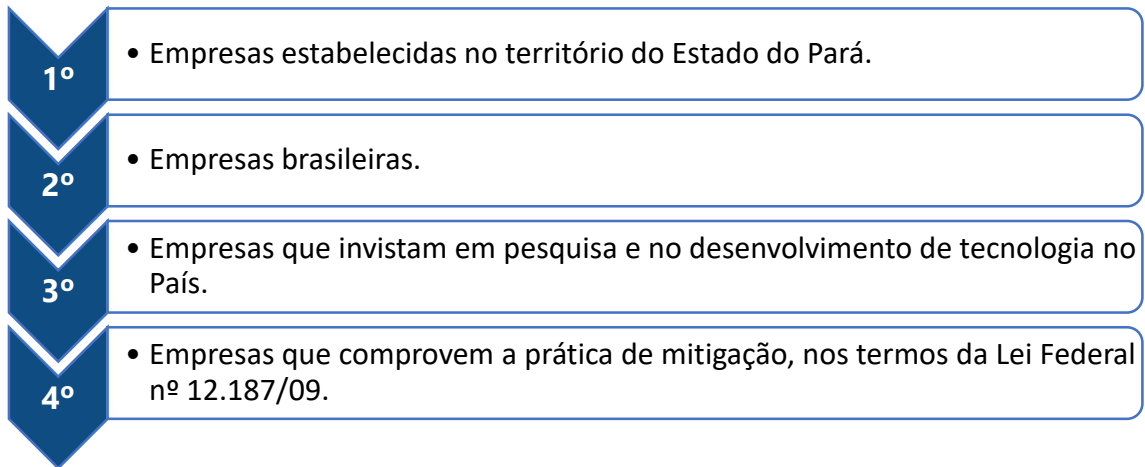
Desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho

Conforme regulamento.

Desenvolvimento de programa de integridade

Conforme orientações dos órgãos de controle.

7.24 Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:

- 
- 1º • Empresas estabelecidas no território do Estado do Pará.
 - 2º • Empresas brasileiras.
 - 3º • Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
 - 4º • Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187/09.

7.25 Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o PREGOEIRO poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.

7.26 Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Administração, a negociação poderá ser feita com os demais LICITANTES, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

7.27 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

7.28 O resultado da negociação será divulgado a todos os LICITANTES e anexado aos autos do processo licitatório.

7.29 O PREGOEIRO solicitará ao LICITANTE mais bem classificado que, no prazo de 2 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.30 É facultado ao PREGOEIRO prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo LICITANTE, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

7.31 Após a negociação do preço, o PREGOEIRO iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

CLÁUSULA 8

Julgamento das propostas

8.1 Encerrada a negociação do preço, o PREGOEIRO verificará se o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a. SICAF;
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa LICITANTE e de seu sócio majoritário, considerando a proibição do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.

8.3 Caso a consulta mostre OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS, o PREGOEIRO verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com o seguinte procedimento:

- a. A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar;
- b. O LICITANTE será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação;
- c. Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o LICITANTE será julgado inabilitado.

8.4 O procedimento de habilitação será iniciado depois de constada a capacidade do LICITANTE participar.

8.5 Caso o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o PREGOEIRO verificará se ele faz *jus* ao benefício, em conformidade com este Edital.

8.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o PREGOEIRO examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a.** Contiver vícios que não possam ser sanados;
- b.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no TR;
- c.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d.** Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- e.** Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado.

8.8 É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela administração, devendo o PREGOEIRO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises:

- a.** Verificação se o custo do LICITANTE ultrapassa o valor da proposta; e
- b.** Ausência de custos de oportunidade que justifiquem a oferta realizada.

8.9 Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas **a** e **b** do item anterior autoriza a constatação da inexequibilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.

8.11 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o LICITANTE poderá ser notificado para comprovar a exequibilidade da proposta.

8.12 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS elaborada pela Administração, o LICITANTE classificado em 1º lugar será

convocado para apresentar planilha elaborada por ele com os valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

CLÁUSULA 9

Habilitação

9.1 Os documentos previstos no TR serão exigidos para habilitação do LICITANTE.

9.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2.1 - A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada art. 66 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2 As habilitações Fiscal (Federal, Estadual e Municipal), social e Trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos requisitos dispostos no art. 68 da Lei nº 14.133/2021, conforme a seguir a seguir:

9.2.2.1 A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.2.2.2 A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.2.2.3 A regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.2.2.4 A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.2.2.5 A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

9.2.2.6 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

9.2.3. Para fins de demonstração da habilitação Econômico-Financeira, o licitante vencedor deverá apresentar (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):

9.2.3.1 Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei;

9.2.3.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo Balanço de Abertura.

9.2.3.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$; $SG = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$ e $LC = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.

9.2.3.4. O Licitante que apresentar resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices citados no item acima, quando da habilitação, deverá comprovar, considerados os riscos para a ADEPARA, o Capital ou Patrimônio Líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação (§ 4º do art. 69 da Lei n.º 14.133/2021).

9.2.3.5. Certidão Negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, case se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.2.3.6. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.4 Se o LICITANTE vencedor for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/16, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.5 Em caso de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o TR exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os LICITANTES individuais.

9.6. Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia enviada por meio eletrônico.

9.7 Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

9.8 Será verificado se o LICITANTE apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.9 Será verificado se o LICITANTE apresentou no sistema a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.

9.10 O LICITANTE deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

9.12 A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos abrangidos por ele.

9.12.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.13 A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões pelo PREGOEIRO constitui prova para fins de habilitação.

9.14 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do PREGOEIRO.

9.15 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao LICITANTE vencedor.

9.16 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência para:

- a. Complementação de informações sobre os documentos apresentados pelo LICITANTE e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação; e
- b. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.17 Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18 Se o LICITANTE não atender às exigências para habilitação, o PREGOEIRO examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no [item 9.14](#).

9.19 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos o procedimento de habilitação.

9.20 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e EPPs somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

CLÁUSULA 10

Adjudicação e homologação

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao LICITANTE declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

10.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

CLÁUSULA 11

Recursos

11.1 A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de LICITANTES, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.

11.2 O prazo recursal é de 3 dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do LICITANTE, deve-se observar o seguinte:

- a.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de não ser possível apresentar o recurso; e
- b.** O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá:

- a.** Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis; ou
- b.** Encaminhar o recurso, no prazo de 3 dias úteis, para a autoridade superior, que deverá decidi-lo no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais LICITANTES será de 3 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente emita a sua decisão final.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.

11.10 Os autos do processo permanecerão acessíveis aos interessados por meio do Portal ComprasPará.

CLÁUSULA 12

Infrações e sanções administrativas

12.1 Constituem infrações administrativas do LICITANTE a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
a. Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo PREGOEIRO durante o certame; b. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando: 1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação; 2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; 3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; 4. Deixar de apresentar amostra; 5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital; c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;	Multa 0,5% a 15% do valor do contrato licitado. <i>e</i> Impedimento de licitar e contratar* * Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “<i>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</i>”.

d. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração; e. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação; f. Fraudar a licitação; g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando: 1. Agir em conluio ou contra a lei; 2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento; 3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada; h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.	Multa 15% a 30% do valor do contrato licitado. e Declaração de inidoneidade para licitar e contratar
--	--

12.2 As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do LICITANTE ou adjudicatário.

12.3. As sanções previstas no [item 12.1](#) não excluem as responsabilidades civil e criminal dos envolvidos.

12.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b. As peculiaridades do caso concreto.
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.5 A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de [definir número] dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.6 As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

12.7 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.9 A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará.

12.10 A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.11 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na [alínea c do item 12.1](#), caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do PROMOTOR.

12.12 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE ou o adjudicatário para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.13 Da aplicação das sanções multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis observado o seguinte:

- a. O prazo para recorrer se inicia na data da intimação;
- b. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua

decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.14 Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá a pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

12.15 O recurso a que se refere o [item 12.13](#) deverá ser decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do seu recebimento.

12.16 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.

12.17 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA 13

Impugnação ao edital

13.1 Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

13.2 A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

13.3 A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4 A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico, através do e-mail: licitacao@adepara.pa.gov.br.

13.5 As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.

13.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no Dec Estadual nº 2.940, de 2023.

CLÁUSULA 14

Disposições finais

14.1 A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo PREGOEIRO.

14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os LICITANTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

14.8 Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

14.11 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal ComprasPará.

14.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Cidade (PA), 10 de julho de 2026.

JAMIR JÚNIOR PARAGUASSU MACEDO

Diretor Geral

541894-57

TERMO DE REFERÊNCIA DE BENS COMUNS

PAE nº 2026/2601543

O QUE SERÁ CONTRATADO?						
Item	Descrição	Código SIMAS	Und	Qtd	Valor Unitário Estimado	Total
1	Pneu veículo automotivo, construção radial, devendo ter im-presso o selo de vistoria do INMETRO, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e apto à comercialização em território nacional, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 185/65/ ARO 15, tipo sem câmara, aplicação Renault/Sandero, Os pneus deverão ser de 1ª linha, com o máximo de 01 (um) ano de fabricação à data do fornecimento, e ter prazo de garantia de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo das mercadorias.	056168-1	Und	400	R\$ 449,18	R\$ 179.673,60
2	Pneu veículo automotivo, construção radial, devendo ter impresso o selo de vistoria do INMETRO, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e apto à comercialização em território nacional, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 175/70/ ARO 13, tipo sem câmara, aplicação FIAT/UNO WAY, Os pneus deverão ser de 1ª linha, com o máximo de 01 (um) ano de fabricação à data do fornecimento, e ter prazo de garantia de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo das mercadorias.	003695-1	Und	400	R\$ 323,85	R\$ 129.540,00
3	Pneu veículo automotivo, construção radial, devendo ter impresso o selo de vistoria do INMETRO, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e apto à comercialização em território nacional, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 175/70/ ARO 14, tipo sem câmara, aplicação FIAT/STRADA, Os pneus deverão ser de 1ª linha, com o máximo de 01 (um) ano de fabricação à data do fornecimento, e ter prazo de garantia de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de recebi-mento definitivo das mercadorias	066038-8	Und	120	R\$ 424,94	R\$ 50.992,80
4	Pneu veículo automotivo, construção radial, devendo ter impresso o selo de vistoria do INMETRO, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e apto à comercialização em território nacional, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 195/65/ ARO 15, tipo sem câmara, aplicação HONDA/CIVIC, Os pneus deverão ser de 1ª linha, com o máximo de 01 (um) ano de fabricação à data do fornecimento, e ter prazo de garantia de, no mínimo, 48	027979-0	Und	8	R\$ 502,96	R\$ 4.023,68

	(quarenta e oito) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo das mercadorias.					
5	Pneu veículo automotivo, construção radial, devendo ter impresso o selo de vistoria do INMETRO, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e apto à comercialização em território nacional, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 235/70/ ARO 16 ATR, tipo sem câmara, aplicação MITSUBISHI/ L200 GL, Os pneus deverão ser de 1ª linha, com o máximo de 01 (um) ano de fabricação à data do fornecimento, e ter prazo de garantia de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo das mercadorias.	053545-1	Und	400	R\$ 633,21	R\$ 253.284,00
6	Pneu veículo automotivo, construção radial, devendo ter impresso o selo de vistoria do INMETRO, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e apto à comercialização em território nacional, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 235/75/ ARO 15 ATR, tipo sem câmara, aplicação FORD/ RANGER, Os pneus deverão ser de 1ª linha, com o máximo de 01 (um) ano de fabricação à data do fornecimento, e ter prazo de garantia de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo das mercadorias.	018246-0	Und	120	R\$ 905,30	R\$ 108.636,00
7	Pneu veículo automotivo, construção radial, devendo ter im-presso o selo de vistoria do INMETRO, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e apto à comercialização em território nacional, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 225/75/ ARO 16 ATR, tipo sem câmara, aplicação MITSUBISHI/ L200 TRITON, Os pneus deverão ser de 1ª linha, com o máximo de 01 (um) ano de fabricação à data do fornecimento, e ter prazo de garantia de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo das mercadorias.	040400-4	Und	200	R\$ 1.031,12	R\$ 206.224,00
8	Pneu veículo automotivo, construção radial, devendo ter impresso o selo de vistoria do INMETRO, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e apto à comercialização em território nacional, produto novo, não recondicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 205/75/ ARO 16 ATR, tipo sem câmara, aplicação FIAT/DUCATO, Os pneus deverão ser de 1ª linha, com o máximo de 01 (um) ano de fabricação à data do fornecimento, e ter prazo de garantia de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo das mercadorias.	099343-3	Und	80	R\$ 873,90	R\$ 69.912,00
9	Pneu veículo automotivo, construção radial, devendo ter impresso o selo de vistoria do INMETRO, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, e apresentar a	079843-6	Und	180	R\$ 240,74	R\$ 43.332,20

	garantia de fábrica da validade dos pneus, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e apto à comercialização em território nacional, produto novo, não reconicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 90/90/ ARO 19 ATR, tipo sem câmara, aplicação HONDA/ BROS 160, Os pneus deverão ser de 1ª linha, com o máximo de 01 (um) ano de fabricação à data do fornecimento, e ter prazo de garantia de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo das mercadorias.					
10	Pneu veículo automotivo, construção radial, devendo ter impresso o selo de vistoria do INMETRO, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e apto à comercialização em território nacional, produto novo, não reconicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 110/90/ ARO 17 ATR, tipo sem câmara, aplicação HONDA/ BROS 160, Os pneus deverão ser de 1ª linha, com o máximo de 01 (um) ano de fabricação à data do fornecimento, e ter prazo de garantia de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo das mercadorias.	079643-3	Und	290	R\$ 375,11	R\$ 108.781,90
11	Pneu veículo automotivo, construção radial, devendo ter impresso o selo de vistoria do INMETRO, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e apto à comercialização em território nacional, produto novo, não reconicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 235/70/ ARO 16 MT/R (OFF ROAD), tipo sem câmara, aplicação MIT-SUBSH/ L200 GL, Os pneus deverão ser de 1ª linha, com o máximo de 01 (um) ano de fabricação à data do fornecimento, e ter prazo de garantia de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo das mercadorias	238267-9	Und	150	R\$ 1.532,67	R\$ 229.900,50
12	Pneu veículo automotivo, construção radial, devendo ter impresso o selo de vistoria do INMETRO, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e apto à comercialização em território nacional, produto novo, não reconicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 235/75/ARO 15 MT/R (OFF ROAD), tipo sem câmara, aplicação FORD/ RANGER, Os pneus deverão ser de 1ª linha, com o máximo de 01 (um) ano de fabricação à data do fornecimento, e ter prazo de garantia de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo das mercadorias.		Und	100	R\$ 1.079,41	R\$ 107.941,00
13	Pneu veículo automotivo, construção radial, devendo ter impresso o selo de vistoria do INMETRO, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e apto à comercialização em território nacional, produto novo, não reconicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 225/75/ARO 16 MT/R (OFF ROAD), tipo sem câmara, aplicação MITSUBISHI/ L200 TRITON, Os pneus deverão ser de 1ª linha, com o máximo de 01 (um)	232565-9	Und	160	R\$ 1.387,80	R\$ 222.048,00

	ano de fabricação à data do fornecimento, e ter prazo de garantia de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo das mercadorias					
14	Pneu veículo automotivo, construção radial, devendo ter impresso o selo de vistoria do INMETRO, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e apto à comercialização em território nacional, produto novo, não reconicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 90/90/ ARO 19, OFF ROAD, tipo sem câmara, aplicação HONDA/ BROS 160, Os pneus deverão ser de 1ª linha, com o máximo de 01 (um) ano de fabricação à data do fornecimento, e ter prazo de garantia de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo das mercadorias.		Und	80	R\$ 309,75	R\$ 24.780,00
15	Pneu veículo automotivo, construção radial, devendo ter impresso o selo de vistoria do INMETRO, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, e apresentar a garantia de fábrica da validade dos pneus, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e apto à comercialização em território nacional, produto novo, não reconicionado e/ ou remanufaturado, dimensões 110/90/ARO 17, OFF ROAD, tipo sem câmara, aplicação HONDA/BROS 160, Os pneus deverão ser de 1ª linha, com o máximo de 01 (um) ano de fabricação à data do fornecimento, e ter prazo de garantia de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo das mercadorias.		Und	80	R\$ 359,66	R\$ 28.772,80
		VALOR GLOBAL ESTIMADO				R\$ 1.767.842,48

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	
QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?	Tendo em vista que a frota institucional é precípua para o bom funcionamento dos trabalhos essenciais desenvolvidos nesta Autarquia e que é de interesse público que os mesmos continuem sendo executados de maneira eficiente e ininterrupta, logo, a contratação para o fornecimento de pneus faz-se necessária pelo desgaste dos pneus utilizados em nossos veículos oficiais devido ao uso cotidiano da frota em ações rurais e urbanas da área fim da ADEPARÁ, das rotinas administrativas, bem como perceber a segurança da garantia/validade do fabricante, evitando pôr em risco a segurança dos motoristas e passageiros (técnicos e servidores do órgão). A presente contratação destina-se exclusivamente ao atendimento da frota própria da ADEPARÁ, não abrangendo os veículos locados por meio do Contrato nº 004/2024. Os veículos abrangidos pelo Contrato nº 004/2024 possuem manutenção própria, incluindo substituição de pneus, inexistindo sobreposição de objeto.

NATUREZA DO BEM	
☒ Comum. ☐ Especial.	
PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO BEM	
HAVERÁ PROVA DE QUALIDADE?	☐ Sim. Justificativa: ☒ Não.
O EDITAL EXIGIRÁ AMOSTRA?	☒ Sim. Justificativa: A exigência de amostra justifica-se pela necessidade de verificar previamente a conformidade dos pneus ofertados com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, especialmente quanto à identificação do fabricante, certificação do INMETRO, dimensões, índice de carga, índice de velocidade, data de fabricação, padrão construtivo e demais características relacionadas à segurança e desempenho do produto. A medida visa assegurar que os bens ofertados atendam efetivamente aos requisitos mínimos de qualidade exigidos pela Administração, reduzindo riscos de fornecimento de produtos incompatíveis ou em desacordo com as especificações do certame. Considerando que os pneus serão destinados à manutenção da frota utilizada em atividades de fiscalização e defesa agropecuária em todo o Estado do Pará, muitas vezes em condições severas de uso e em localidades de difícil acesso, a verificação prévia da conformidade do produto mostra-se necessária para resguardar a segurança dos usuários, a continuidade das atividades institucionais e o interesse público, observando os princípios da eficiência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei nº 14.133/2021.
HAVERÁ GARANTIA DO BEM?	☒ Sim. O contratado deverá prestar garantia dos bens indicados nos itens 1 até o item 15 por, no mínimo, 12 meses, a partir do seu recebimento pela contratante, além da garantia do fabricante prevista no descritivo do item.
HAVERÁ ASSISTÊNCIA TÉCNICA?	☒ Não será prestada assistência técnica em relação aos itens, apenas que a contratada deverá entregar os objetos deste processo com a devida qualidade e garantia características dos produtos atinentes às recomendações do (s) fabricante (s). Lembrando que os insumos objetos deste processo devem perceber o critério de segurança evitando pôr em risco a vida dos utilitários dos veículos.
CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	
FORMA DE CONTRATAÇÃO	☐ Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, Y, da Lei Federal nº 14.133/21.

	☐ Dispensa de licitação em razão do valor* , com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21. * Nesta hipótese, deve-se utilizar preferencialmente a dispensa eletrônica. ☐ Dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, Y, da Lei Federal nº 14.133/21. ☒ Pregão eletrônico.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	☒ Menor preço. ☐ Maior desconto.
O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?	☐ Sim. Justificativa: <i>(Indicar o motivo da escolha do orçamento sigiloso para a contratação).</i> ☒ Não.
CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA	A proposta deve observar os valores unitários e global máximos aceitáveis conforme planilha de composição de preços do orçamento estimado.
HÁ ITENS COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE?	☒ Sim. Indicar os itens: Os itens 03, 04, 08, 09, 14 e 15 são de participação exclusiva da ME/EPP. ☐ Não.
REQUISITOS DA CONTRATADA	
SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?	☐ Sim. Qual? <i>(Especificar a exigência).</i> Por quê? <i>(A exigência de habilitação técnica deve ser justificada).</i> ☒ Não.
QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS	☒ Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual. Justificativa: A exigência de declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual justifica-se pela necessidade de assegurar que a licitante tem pleno conhecimento das condições de execução, reduzindo riscos de inadimplemento e falhas na prestação do objeto. Tal medida contribui para a adequada formação da proposta e para cumprimento eficiente das obrigações

assumidas, em conformidade com os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da segurança jurídica previstos na Lei 14.133/2021. Ademais, a declaração reforça a responsabilidade da contratada quanto às condições estabelecidas, sem impor restrições indevidas à competitividade do certame..

Justificativa: A exigência de atestado de capacidade técnica para fornecimento justifica-se pela necessidade de assegurar que a licitante possui experiência prévia na execução de objeto compatível, garantindo maior segurança quanto à qualidade, cumprimento de prazos e adequada execução contratual. Tal exigência encontra amparo no art. 67 da Lei 14.133/2021, sendo adotada de forma proporcional e sem restrição indevida à competitividade, ao admitir comprovação por meio de fornecimentos similares em características, quantidades e prazos.

Justificativa: A exigência de logística reversa justifica-se pela necessidade de garantir a destinação ambientalmente adequada dos materiais após o uso, em conformidade com a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, conforme previsto na Lei 12.305/2010. Tal medida assegura a mitigação de impactos ambientais, o atendimento à legislação vigente e a adequada gestão de resíduos gerados pela Administração Pública. A exigência é proporcional ao objeto e visa garantir que a contratada possua condições operacionais de realizar a coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada, sem

☒ Conforme Art. 67 da lei 14.133/2021, o fornecedor deverá Atestado de Capacidade Técnica que comprove o fornecimento dos itens anteriormente para pessoas jurídicas públicas ou privadas.

☒ Conforme lei 12.305/2010 – Plano Nacional de Resíduos Sólidos, o fornecedor deverá Atestado de Capacidade Técnica que comprove que o mesmo exerce Logística Reversa dos itens referentes ao processo.

restringir indevidamente a competitividade.

HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?

☒ Sim.

Especificar: Consoante a Instrução Normativa nº 01/2010/SLTI/MPOG a empresa contratada deverá realizar a logística reversa dos itens desta licitação de acordo com o dispositivo do Art. 33, inciso VI e Parágrafos 3º e 6º da Lei 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), efetuando a coleta de destinação do material descartado de acordo com as práticas e políticas de sustentabilidade ambiental previstas em lei, sem qualquer ônus para a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ, devendo comprovar que realiza ou já realizou tal procedimento, vide Atestado(s) de Capacidade Técnica (emitido preferencialmente por Órgão Público, que mantém ou manteve contrato correlato ao objeto deste processo, no caso fornecimento de pneus diversos) com a expressa informação de que cumpriu ou cumpre o procedimento de Logística Reversa dos objetos constantes neste processo, sendo esta uma exigência/critério fundamental.

HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA?

☒ Sim.

Especificar: O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios do produto;

A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues: A contratada deverá fornecer diretamente o produto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;

A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados com as características dos produtos fornecidos;

A contratada deverá executar, fielmente, as entregas de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo

	modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante: A Contratada se obriga a executar os serviços de entrega dos produtos de acordo com os prazos e critérios estipulados, em dias, local e quantidade determinados neste Termo. A contratada assim deverá se responsabilizar pelas despesas operacionais e administrativas, de mão-de-obra dos produtos, transporte até o local da entrega que será na sede do órgão ou outro local previamente indicado., A contratada, em caso de recusa do material, deverá efetivar sua substituição no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação da recusa, ficando todos os custos decorrentes da substituição às suas expensas.
FORMA DE ENTREGA DO BEM	
COMO O BEM DEVE SER ENTREGUE?	O bem deverá ser entregue em parcela única, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho. A Contratada deverá realizar a entrega integral dos quantitativos contratados, observando os prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade. A entrega ocorrerá em parcela única, sendo os materiais recebidos e armazenados no almoxarifado da ADEPARÁ, que dispõe de espaço físico adequado para acomodação temporária dos itens até sua distribuição às Gerências Regionais.
LOCAL E HORA DA ENTREGA DO BEM	Endereço para entrega Tv. Mariz e Barros (Estrela), 1184, Pedreira, Cep: 66080-008, das 9h até as 14h, de segunda-feira até sexta-feira.
PRAZO MÁXIMO DE VALIDADE	Não se trata de bem perecível. Havendo na descrição dos itens, o prazo que deverá ser prestada a garantia.
PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO	

PRAZO DO CONTRATO	☒ 12 meses. A vigência contratual de 12 meses destina-se ao acompanhamento da execução contratual, fiscalização administrativa, recebimento definitivo dos bens e eventual acionamento da garantia dos produtos, não caracterizando fornecimento contínuo.
HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?	☒ Não.
FORMA DE PAGAMENTO	Meio Ordem bancária. Onde? Conta corrente da contratada no Banco do Estado do Pará. Qual o prazo? Até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada. Prova da regularidade fiscal A regularidade fiscal pode ser provada: 1. Por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante. ou 2. Pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.
QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?	☒ 5% do valor inicial do contrato. Justificativa: (A exigência de garantia contratual correspondente a 5% do valor do contrato encontra fundamento no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 e tem como finalidade assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, resguardando a Administração Pública contra riscos de inadimplemento contratual. A garantia poderá ser prestada em quaisquer das modalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, devendo ser apresentada pela contratada no prazo estabelecido no instrumento

	convocatório e/ou contrato administrativo. Considerando a relevância do fornecimento de pneus para a continuidade das atividades administrativas e operacionais da frota institucional, a garantia contratual mostra-se medida proporcional e adequada para mitigar riscos relacionados a atrasos nas entregas, fornecimento de produtos em desconformidade e eventual descumprimento das cláusulas contratuais.
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO	20.122.1297-8338 (Operacionalização das Funcional Programática: Ações Administrativas). Elemento de Despesa: 339030 (material de consumo) Fonte do Recurso: 01501.000061.

Cidade (PA), 9 de julho de 2026.

ROBERTO BORGES
GERÊNCIA DE SEGURANÇA, MANUTENÇÃO E TRANSPORTE – GSMT
Diretoria Administrativa e Financeira – DAF.
Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ

CONTRATO ADEPARÁ NºXXXX/AAAA

PAE nº E-2026/2601543

RESUMO	
	CONTRATANTE Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará AUTARQUIA CNPJ nº 05.470.347/0001-11.
	CONTRATADO Nome da razão social da pessoa jurídica CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx.
	OBJETO Aquisição de pneus, conforme especificações, quantitativos e condições constante no item X do TR.
	ENTREGA
	<i>Forma</i> O bem deve ser totalmente entregue de uma só vez.
	<i>Prazo</i> 30 dias corridos , contados do recebimento da Nota de Empenho.
	<i>Local</i> Tv. Mariz e Barros (Estrela), 1184, Pedreira, Cep: 66080-008, das 9h até as 14h, de segunda-feira até sexta-feira.



VALOR TOTAL

R\$ xxx.xxx,xx.

REAJUSTE

Índice ☐ IPCA ☐ INPC ☐ INCC ☒ IGPM

Período A cada **12 meses**, a contar de **11/05/2026** (data do orçamento estimado).

PAGAMENTO

Forma Ordem bancária.

Prazo **30 dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.



FISCALIZAÇÃO

O fiscal do contrato é o servidor **NOME DO SERVIDOR**, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, matrícula nº nnnn, lotado no [inserir setor]. (Esses dados devem ser inseridos por ocasião da assinatura do contrato).



VIGÊNCIA

Prazo **12 meses**.

Início **dd/mm/aaaa**

Fim **dd/mm/aaaa**

CLÁUSULAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA 1

Partes

Este contrato tem como PARTES:

CONTRATANTE	AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - ADE-PARÁ , autarquia, CNPJ nº 05.470.347.0001-11, com sede na Tv. Mariz e Barros, nº 1184, Bairro: Pedreira, Belém-PA, CEP: 66.085-023, neste ato representado pelo Diretor Geral Jamir Junior Paraguassu Macedo, nomeado pela Decreto do Gabinete do Governador, publicada no DOE de 16 de junho de 2020, pág. 04, portador da matrícula funcional nº 54189457/2.
--------------------	--

CONTRATADO	NOME DA RAZÃO SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA , CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na [inserir endereço], neste ato representado por [NOME DO REPRESENTANTE DA PJ], RG nº xxxxx, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, com domicílio na [inserir endereço].
-------------------	---

CLÁUSULA 2

Fundamento legal

O presente contrato é oriundo do **Pregão Eletrônico nº nnnn/aaaa** constante no PAE nº **E-2026/2601543** e é regido pela Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 3

Objeto

3.1 O objeto da contratação é a **aquisição de pneus**, conforme descrito no Termo de Referência, o qual **ADERE** a este documento para todos os fins.

3.2 Este instrumento se vincula ao edital licitatório citado na Cláusula 2, à proposta do licitante vencedor e aos anexos desses documentos.

3.3 Os bens contratados são os seguintes itens descritos no Termo de Referência:

Item	Preço unit	Qtd	Total
x	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00
TOTAL			R\$ 0,00

CLÁUSULA 4

Entrega dos bens

As condições de entrega e recebimento dos bens adquiridos são aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA 5

Preço

O valor global do contrato é **R\$ xxx.xxx,xx** e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão *inclusas* neste preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

CLÁUSULA 6

Dotação orçamentária

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado do Pará, para o exercício de **2026**, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade	92201
Fonte	01501.000061
Programa de Trabalho	20.122.1297–8338 (Operacionalização das Ações Administrativas)
Natureza de Despesa	309030

CLÁUSULA 7

Reajuste

7.1 O contrato será reajustado pelo **IGPM**.

7.2 É devido reajuste contratual apenas a cada **12 meses**, a contar de **11/05/2026** (data do orçamento estimado).

7.3 O reajuste se *restringirá* ao valor do *saldo contratual* existente na data em que aquele for devido.

7.4 O reajuste será realizado *de ofício* pelo CONTRATANTE mediante a aplicação do índice de correção monetária mencionado na Cláusula 7.1 na base de cálculo do item 7.3.

7.5 O reajuste será automático e independerá de requerimento do CONTRATADO.

7.6 O reajuste será realizado por *simples apostila*.

7.7 No caso de atraso ou não divulgação do índice do item 7.1, o CONTRATANTE utilizará a sua última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.8 Caso o índice do item 7.1 venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, as PARTES elegerão novo índice, fixando-o por meio de termo aditivo.

7.9 Não será devido reajuste quando o atraso na entrega do bem for atribuível ao CONTRATADO.

CLÁUSULA 8

Pagamento

8.1 O pagamento será realizado em **30 dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

8.2 O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade da CONTRATADO, cujos dados são:

Banco	Banpará.
Agência	XXXX-X.
Conta	XXXXXX-X.

8.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO adote as medidas para saneamento das pendências.

8.4 Na hipótese do item 8.3, o prazo para pagamento começará a correr depois da comprovação da regularização da pendência, sem ônus à CONTRATANTE.

8.5 A data do efetivo pagamento será considerada aquela que constar da ordem bancária emitida para quitação da nota fiscal ou fatura.

8.6 A regularidade fiscal do CONTRATADO deve ser verificada pelo CONTRATANTE por ocasião do pagamento por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso a ele, devem ser consultados sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, ser solicitada a documentação física listada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

8.7 A constatação de irregularidade fiscal do CONTRATADO não impede o pagamento do que foi executado, mas constitui falta contratual, a ser sancionada em procedimento de inexecução contratual.

8.8 Antes da instauração do procedimento de inexecução contratual a que faz menção o item 8.7, o CONTRATADO deve ser notificado para regularizar a pendência no prazo de **5 dias úteis**. Não sendo regularizada, deve-se instaurar o procedimento de inexecução contratual, ofertando contraditório e ampla defesa ao CONTRATADO.

8.9 A instauração do procedimento de inexecução contratual não impede o pagamento dos bens que já foram entregues.

8.10 Diante da gravidade do caso concreto e para proteger o Erário e o interesse público, a autoridade competente pode decidir pela suspensão do contrato, ocasião em que somente serão pagos os bens já entregues.

8.11 Caso ao final do procedimento a que faz menção a parte final do item 8.8 a autoridade decida pela rescisão contratual, o pagamento será sustado automaticamente.

8.12 A inadimplência do CONTRATADO junto ao SICAF é causa de rescisão contratual, exceto se a autoridade máxima do CONTRATANTE justificar a necessidade de manutenção do contrato por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância.

8.13 O CONTRATANTE efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável por ocasião do pagamento.

8.14 O CONTRATADO optante do Simples Nacional não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à comprovação, por documento oficial, de que o CONTRATADO é beneficiário do tratamento tributário previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06.

CLÁUSULA 9

Garantia de cumprimento contratual

9.1 O CONTRATADO garantirá o cumprimento do contrato mediante a prestação de uma das modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21, a sua escolha.

9.2 A garantia corresponderá a **5%** do valor atualizado do contrato.

9.3 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta bancária de titularidade do CONTRATANTE, cujos dados são:

Banco Banpará.

Agência 015

Conta 188101-9

9.4 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento do CONTRATANTE, o CONTRATADO ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo CONTRATANTE.

9.5 No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser atualizada ou renovada nas mesmas condições.

9.6 Se a garantia for utilizada em pagamento de qualquer obrigação, o CONTRATADO fica obrigado a recompor o que tiver sido usado no prazo de **15 dias úteis**, a contar de sua notificação.

9.7 O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação.

9.8 A garantia prestada pelo CONTRATADO será liberada ou restituída após a execução total do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do CONTRATANTE.

9.9 Quando a garantia for em dinheiro, o valor a ser devolvido, nos termos do item 9.8, será corrigido monetariamente.

9.10 A garantia de execução do contrato não desobriga o CONTRATADO de apresentar a garantia contratual dos bens adquiridos, legal e do fabricante, a qual deve ser de **12 meses**, no mínimo, a partir do seu recebimento pela contratante.

CLÁUSULA 10

Obrigação das partes

10.1 O CONTRATANTE tem a obrigação de:

- a.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com este contrato, Termo de Referência e anexos.
- b.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- c.** Notificar o CONTRATADO sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido para que ele seja substituído, reparado ou corrigido às suas expensas.
- d.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações do CONTRATADO.
- e.** Efetuar o pagamento do objeto fornecido no prazo, forma e condições aqui estabelecidos.

- f.** Aplicar ao CONTRATADO as sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato.
- g.** Decidir sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos meramente protelatórios, manifestamente impertinentes ou de nenhum interesse à boa execução do ajuste.

10.2 O CONTRATADO tem a obrigação de:

- a.** Entregar o objeto no prazo constante no Termo de Referência, acompanhado do manual do usuário com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- b.** Aceitar acréscimos ou supressões unilaterais impostos pelo CONTRATANTE de até **25%** do valor atualizado do contrato, nas mesmas condições pactuadas inicialmente.
- c.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos do objeto, nos termos dos arts. 12, 13 e 17 a 27, da Lei Federal nº 8.078/90.
- d.** Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo de até **24 horas** antes da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- e.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados.
- f.** No prazo fixado pelo fiscal do contrato, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual ou dos materiais empregados.
- g.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do cumprimento deste contrato e de todo dano causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, cuja responsabilidade não será reduzida pela fiscalização ou acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, o qual ficará autorizado a descontar o valor dos danos sofridos dos pagamentos devidos ou da garantia.
- h.** Na hipótese do item 8.6, parte final, quando solicitado o CONTRATADO deverá entregar ao CONTRATANTE os seguintes documentos:

1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.
 2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
 3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do CONTRATADO.
 4. Certidão de Regularidade do FGTS.
 5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
 6. Nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato.
- i. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.
 - j. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de **24 horas**, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.
 - k. Manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação, na contratação direta.
 - l. Cumprir durante todo o período de execução do contrato a reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social, aprendiz e outras reservas de cargos previstas na legislação.
 - m. Comprovar o cumprimento da alínea acima no prazo fixado pelo fiscal do contrato, indicando os empregados que preencheram as referidas vagas.
 - n. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos do art. 124, II, *d*, da Lei Federal nº 14.133/21.
 - o. Cumprir as normas de segurança do CONTRATANTE, além da legislação vigente em âmbito federal, estadual e municipal.

CLÁUSULA 11

Responsabilidade por danos

11.1 A responsabilidade pelos danos causados por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do CONTRATADO.

11.2 A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros é exclusivamente sua.

11.3 O CONTRATANTE não responderá pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA 12

Infrações e sanções administrativas

12.1 Constituem infrações administrativas do CONTRATADO a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
	Advertência*
a. Dar causa à inexecução parcial do contrato.	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de <i>"Impedimento de licitar e contratar"</i> .
b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar*
c. Dar causa à inexecução total do contrato.	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de <i>"Declaração de inidoneidade para licitar e contratar"</i> .

- d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
- e. Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- f. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

g. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.

h. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

i. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

j. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.

k. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar

12.2 O atraso superior a **30 dias corridos** autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste contrato *não exclui* a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

12.4 As sanções podem ser *cumuladas* com as seguintes multas:

Multa	
Moratória	Compensatória
a. 0,33% sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de 30 dias corridos .	20% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do seu objeto.

- b. 0,33%** sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado até o limite de **30 dias corridos** pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

12.5 Antes da aplicação das sanções, o CONTRATADO será notificado para apresentar defesa no prazo de **15 dias úteis**, contado de sua intimação.

12.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido ao CONTRATADO, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será cobrada judicialmente.

12.7 Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até **15 dias úteis**, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

12.8 A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o *rito especial* previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9 A aplicação das sanções deve observar:

- a.** A natureza e gravidade da infração.
- b.** As peculiaridades do caso.
- c.** As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.
- d.** Os danos causados ao CONTRATANTE.
- e.** A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10 As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.

12.11 A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.12 No prazo de **15 dias úteis**, a contar da data de aplicação da sanção, o CONTRATANTE informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 13

Alterações do contrato

13.1 As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

13.2 Caso haja interesse público, o CONTRATANTE pode alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até **25%** do valor atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente.

13.3 As PARTES podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% do valor inicial atualizado do contrato.

13.4 Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação.

13.5 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por *simples apostila*, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 14

Extinção do contrato

14.1 O contrato se extingue quando todas as obrigações de ambas as PARTES forem cumpridas, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

14.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que o CONTRATANTE deverá providenciar a readequação do cronograma fixado para cumprimento do contrato.

14.3 Se a não conclusão do contrato decorrer de culpa do CONTRATADO, ele ficará constituído em mora, devendo ser instaurado procedimento de inexecução contratual para a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

14.4 Na hipótese do item 14.3, o CONTRATANTE poderá optar, ainda, pela extinção do contrato e adotar as medidas previstas em lei para a continuidade da execução do objeto.

CLÁUSULA 15

Fiscalização

O cumprimento do contrato será fiscalizado pelo servidor **NOME DO SERVIDOR**, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, matrícula nº nnnn, lotado no [inserir setor], conforme ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA 16

Interpretação

As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/20 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

CLÁUSULA 17

Tratamento adequado dos conflitos de interesse

Observado o disposto na Cláusula 16, permanecendo o conflito de interesse, as PARTES se comprometem a submeter a disputa *preferencialmente* à CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual nº 121/19.

CLÁUSULA 18

Divulgação e publicação

18.1 O CONTRATANTE divulgará este contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até **20 dias úteis** e o publicará no Diário Oficial do Estado em forma de extrato, no prazo de **10 dias úteis**.

18.2 Os prazos contidos no item 18.1 são contados da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA 19

Vigência

19.1 O contrato terá vigência de **12 meses**, com início em **dd/mm/aaaa** (inserir data) e término em **dd/mm/aaaa** (inserir data).

19.2 Quando o objeto não for concluído no período acima fixado, o prazo de vigência do contrato será *automaticamente prorrogado*, sem prejuízo da aplicação dos itens 14.3 e 14.4, quando a não conclusão decorrer de culpa do CONTRATADO.

19.3 Antes da prorrogação da vigência do contrato, o CONTRATANTE deverá verificar a regularidade fiscal do CONTRATADO, consultar o CEIS e o CNEP, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

CLÁUSULA 20

Foro

As PARTES elegem o foro da Comarca de Belém-PA para resolver os litígios oriundos deste contrato, observado o disposto na Cláusula 17.

Belém/PA, _____ de _____ de 2026.

JAMIR JUNIOR PARAGUASSU MACEDO

Diretor Geral

Contratante

NOME DO CONTRATADO

Nome do representante, se não for PF

Contratado

CPF: _____

Testemunha

CPF: _____

Testemunha

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PAE nº 2026/2601543

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

QUAL A NECESSIDADE A SER ATENDIDA?

A Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará, é uma autarquia com atuação em todo o território paraense, com a atividade precípua de fiscalização e execução das políticas de Sanidade Animal e Vegetal e defesa e inspeção sanitária, realizando assim vistorias em estabelecimento agropecuários, propriedades rurais, rodovias estaduais e federais, que compreendem um modal rodoviário de aproximadamente 13.122 km de rodovias divididos em 5.463 km de rodovias federais e 7.659 km de rodovias estaduais, destas com apenas 3.658 km pavimentadas.

A ADEPARA precisa percorrer diversas distâncias para prover a segurança alimentar, se deslocando até a origem da produção agrícola, armazenamento de produtos de origem animal e vegetal, seu trânsito, é os estabelecimentos que os processam, logo, torna-se imprescindível a utilização de veículos, nos deslocamentos ostensivos, para execução destas atividades variadas, além das diversas atividades institucionais outorgadas ao órgão.

O uso constante dos veículos, estes que usam no mínimo 03 (três) jogos de pneus por ano, agravadas pelas condições ruins das estradas paraenses, que desgastam esses itens, necessitando fazer a sua troca num prazo menor do que um veículo utilizado apenas na capital em atividades diárias de um indivíduo comum.

A ADEPARA deve-se pautar-se em se manter apta, com todo o seu aparato, a prestar os serviços de qualidade a sociedade paraense como um todo, na medida em que proporciona uma infraestrutura básica de funcionamento das suas unidades e, conseqüentemente, propicia melhores condições de trabalho a seus servidores, para que este desenvolva suas atividades de forma eficaz, e sobretudo, segura, garantindo assim, à sociedade, um melhor atendimento.

Considerando que a ADEPARA, tem sua perspectiva futura em ser referência nacional em defesa agropecuária, garantindo a segurança do consumo de produtos agropecuários para a preservação do meio ambiente e para a competitividade do agronegócio paraense. Isto posto, como grande parte de suas atribuições legais convergem para a prestação de serviços para com a sociedade, a instituição deve ser pautada na eficiência de seus processos, procurando em agregar inovações ou dinâmicas inovadoras, que promovam a excelência em seus resultados.

Desta forma, conforme razões exaradas no Documento de Formalização de Demanda expedido pela por esta Gerência, verifica se quanto a viabilidade de contratação de empresa especializada no fornecimento de pneus a serem utilizados pela frota própria, provinda de aquisições ou outros meios de incorporação.

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

QUAL O TIPO DE OBJETO?	☒ Bem. ☐ Serviço.	
QUAL A NATUREZA?	☐ Continuada.	☐ Com monopólio. ☐ Sem monopólio.
	☒ Não continuada.	
	☒ 12 meses. A vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, período destinado ao acompanhamento da execução contratual, fiscalização administrativa, recebimento definitivo dos bens e eventual acionamento da garantia dos produtos, não caracterizando fornecimento contínuo, uma vez que a entrega dos pneus ocorrerá em parcela única.	
PODERÁ HAVER PRORROGAÇÃO?	☒ Não.	
HÁ TRANSIÇÃO COM CONTRATO ANTERIOR?	☒ Não.	
PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE	Item	Descrição detalhada
	1	Condição do produto: Os pneus deverão ser novos, de primeiro uso, não sendo admitidos pneus remoldados, recauchutados ou reformados, devendo estar em linha de fabricação.
	2	Certificação e conformidade: Os pneus deverão possuir certificação do INMETRO e atender às normas técnicas aplicáveis, garantindo segurança, desempenho e durabilidade adequados.
	3	Compatibilidade técnica: Os pneus deverão ser compatíveis com as medidas e especificações recomendadas pelos fabricantes dos veículos da frota, conforme cada tipo de veículo (carros, caminhonetes, motos e vans).
	4	Data de fabricação e garantia: Os pneus deverão apresentar data de fabricação recente, em condições adequadas de armazenamento e transporte, bem como garantia mínima contra defeitos de fabricação, conforme práticas usuais de mercado.

	5	Desempenho e segurança: Os pneus deverão apresentar condições adequadas de aderência, estabilidade e resistência ao desgaste, assegurando o uso seguro em vias urbanas e rodoviárias, compatível com a finalidade institucional dos veículos.
HÁ CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE?	☒ Sim.	Especificar: A Contratada deverá observar e cumprir a legislação ambiental, pertinente ao objeto da licitação, na utilização, no transporte e no descarte dos produtos utilizados na execução contratual. Em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa n.º 01/2010/SLTI/MPOG, a Contratada deve observar os seguintes requisitos, no que couber: I - os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR -15448-1 e 15448- 2; II - sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares; III - os bens sejam acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e IV - os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).
HÁ NECESSIDADE DE TREINAMENTO?	☐ Sim. ☒ Não.	
LEVANTAMENTO DE MERCADO		
ONDE FORAM PESQUISADAS AS POSSÍVEIS SOLUÇÕES?	☒ Consulta a fornecedores. ☒ Contratações similares. ☒ Internet. ☐ Audiência pública. ☐ Outro. Especificar: (Indicar o meio).	
JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA PARA A	A necessidade identificada consiste em assegurar a continuidade das atividades operacionais da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ, considerando que a frota de veículos é indispensável para a execução de ações de fiscalização, inspeção, defesa sanitária, transporte de equipes técnicas e apoio às atividades administrativas e finalísticas. A indisponibilidade de	

ESCOLHA DA MELHOR SOLUÇÃO	pneus em condições adequadas de uso pode ocasionar a paralisação parcial ou total de veículos, comprometendo a eficiência dos serviços prestados e gerando riscos à segurança dos servidores. Nesse contexto, foram analisadas diferentes alternativas para atendimento da demanda, considerando critérios de viabilidade técnica, economicidade, eficiência e conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021, que estabelece a necessidade de planejamento e de escolha da solução mais vantajosa para a Administração Pública. A primeira alternativa analisada consiste na contratação de serviços terceirizados de manutenção veicular que incluam o fornecimento de pneus sob demanda. Embora essa solução possa reduzir a necessidade de armazenamento e gestão de estoque, verificou-se que ela tende a apresentar custos mais elevados, em razão da inclusão de despesas administrativas e margem de lucro do prestador de serviço, além de restringir a competitividade a empresas especializadas nesse tipo de contrato integrado. Ademais, a dependência de fornecedores para atendimento imediato pode ocasionar atrasos na substituição de pneus, o que comprometeria a disponibilidade dos veículos em atividades de caráter urgente, especialmente em regiões do interior do Estado. A segunda alternativa avaliada foi a utilização exclusiva de atas de registro de preços de outros órgãos ou a realização de aquisições pontuais e emergenciais conforme a necessidade. Embora juridicamente possível, essa opção apresenta riscos relevantes, como a indisponibilidade de itens compatíveis com todos os modelos da frota, variações de preços desfavoráveis em compras isoladas e aumento da carga administrativa com processos frequentes de aquisição. Além disso, aquisições emergenciais, quando recorrentes, podem caracterizar falha de planejamento, em desacordo com as diretrizes previstas na Lei nº 14.133/2021 e nos manuais de planejamento das contratações públicas, que recomendam a previsão antecipada das demandas e a adoção de soluções que assegurem maior previsibilidade e eficiência na gestão dos recursos públicos. A terceira alternativa analisada, correspondente à aquisição planejada de pneus para atendimento da frota pelo período estimado de 12 meses, mostrou-se tecnicamente adequada e economicamente mais vantajosa. Essa solução possibilita maior controle sobre o estoque, reposição tempestiva, padronização dos itens e redução do custo unitário por meio da competição entre fornecedores, atendendo ao princípio da economicidade. Além disso, a aquisição direta permite a especificação de padrões mínimos de qualidade, requisitos de segurança e critérios de sustentabilidade, inclusive quanto à destinação ambientalmente adequada de pneus inservíveis, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e a Resolução CONAMA nº 416/2009, que tratam da responsabilidade pela coleta e destinação final ambientalmente adequada desses materiais. Ressalta-se, ainda, que a aquisição planejada contribui para a eficiência da gestão pública, uma vez que reduz a necessidade de contratações emergen-
---	---

	ciais, otimiza o planejamento orçamentário e assegura a continuidade das ações institucionais da ADEPARÁ, especialmente aquelas relacionadas à defesa agropecuária, que dependem diretamente do deslocamento de equipes técnicas. Tal solução está alinhada às boas práticas de planejamento previstas em manuais de contratações públicas e orientações dos órgãos de controle, que recomendam a adoção de medidas preventivas para garantir a continuidade dos serviços e a adequada aplicação dos recursos públicos. Diante do exposto, conclui-se que a aquisição de pneus para atendimento da frota pelo período estimado de um ano constitui a solução mais eficiente, vantajosa e adequada para a Administração Pública, por atender plenamente à necessidade identificada, apresentar melhor relação custo-benefício, assegurar a continuidade das atividades institucionais e permitir o atendimento às exigências legais, técnicas e ambientais aplicáveis. A entrega dos pneus será realizada em parcela única, considerando a necessidade de formação de estoque para atendimento das demandas da frota própria da ADEPARÁ ao longo do período estimado de utilização dos materiais. O almoxarifado da Autarquia possui capacidade física suficiente para o recebimento e armazenamento temporário dos itens, permitindo maior controle patrimonial, logístico e de distribuição às Gerências Regionais. Ressalta-se, ainda, que a presente contratação não possui sobreposição com o Contrato nº 004/2024, firmado com a empresa CS Brasil Frotas S.A., uma vez que os veículos locados por aquele ajuste possuem manutenção própria, incluindo a substituição de pneus quando necessária. Ademais, os pneus especificados nesta contratação não possuem compatibilidade com os veículos abrangidos pelo referido contrato, destinando-se exclusivamente à manutenção da frota própria da ADEPARÁ, inexistindo duplicidade de contratação. Dessa forma, a solução mostra-se viável sob os aspectos técnico, econômico e operacional, justificando a adoção do procedimento de aquisição planejada como medida mais apropriada ao interesse público.
HÁ RESTRIÇÃO DE FORNECEDORES?	☐ Sim. ☒ Não.
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	
O QUE SERÁ CONTRATADO?	Empresa especializada no fornecimento de pneus destinados à manutenção da frota própria da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ, mediante entrega única, para formação de estoque e atendimento das demandas operacionais da Autarquia.
QUAL O PRAZO DA GARANTIA CONTRATUAL?	☐ Não há. ☐ 90 dias. ☒ 12 meses. ☐ dias. ☐ Outro: nnn ☐ meses. ☐ anos.

HÁ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA?	Justificativa: Não há necessidade de assistência técnica, uma vez que o objeto consiste no fornecimento de pneus automotivos, os quais não demandam manutenção especializada por parte do fornecedor após a entrega, sendo sua instalação, uso e substituição realizados conforme os procedimentos usuais de manutenção da frota da ADEPARÁ. ☒ Não.			
HÁ NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO?	☐ Sim. Descrever solução: ☒ Não.			
ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO NECESSÁRIO				
COMO SE OBTVE O QUANTITATIVO ESTIMADO?	☒ Análise de contratações anteriores. ☐ Análise de contratações similares. ☐ Outro. Especificar: <i>(Indicar a metodologia).</i>			
DESCRIÇÃO DO QUANTITATIVO?	Os quantitativos estimados referem-se exclusivamente à frota própria da ADEPARÁ, não contemplando os veículos locados por meio do Contrato nº 004/2024, considerando a quantidade de veículos em operação, o desgaste natural dos pneus e as demandas operacionais previstas para o período de 12 (doze) meses. Destaca-se que houve aumento da necessidade em razão da aquisição recente de aproximadamente 50 motocicletas, bem como da ampliação das ações realizadas em campo, o que elevou a utilização da frota e, consequentemente, o consumo de pneus.			
ESPECIFICAÇÃO	Item	Descrição	Und	Qtd
	1	Pneu veículo automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e apto à comercialização em território nacional, produto novo, não reconicionado e / ou remanufaturado, dimensões 185/65/ ARO 15, tipo sem câmara, aplicação Renault/Sandero, com padrão de qualidade devendo possuir selo de aprovação do INMETRO Categoria no mínimo B.	Und	400
	2	Pneu veículo automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e apto à comercialização em território nacional, produto novo, não reconicionado e / ou remanufaturado, dimensões 175/70/ ARO 13, tipo sem câmara, aplicação FIAT/UNO WAY, com padrão de qualidade devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	Und	400
	3	Pneu veículo automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e apto à comercialização em território nacional, produto novo, não reconicionado e / ou remanufaturado, dimensões 175/70/ ARO 14, tipo sem câmara, aplicação	Und	120

		FIAT/STRADA, com padrão de qualidade devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.		
	4	Pneu veículo automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e apto à comercialização em território nacional, produto novo, não recondicionado e / ou remanufaturado, dimensões 195/65/ ARO 15, tipo sem câmara, aplicação HONDA/CIVIC, com padrão de qualidade devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	Und	8
	5	Pneu veículo automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e apto à comercialização em território nacional, produto novo, não recondicionado e / ou remanufaturado, dimensões 235/70/ ARO 16 ATR, tipo sem câmara, aplicação MITSUBSH/ L200 GL, com padrão de qualidade devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	Und	400
	6	Pneu veículo automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e apto à comercialização em território nacional, produto novo, não recondicionado e / ou remanufaturado, dimensões 235/75/ ARO 15 ATR, tipo sem câmara, aplicação FORD/ RANGER, com padrão de qualidade devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	Und	120
	7	Pneu veículo automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e apto à comercialização em território nacional, produto novo, não recondicionado e / ou remanufaturado, dimensões 225/75/ ARO 16 ATR, tipo sem câmara, aplicação MITSUBSH/ L200 TRITON, com padrão de qualidade devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	Und	200
	8	Pneu veículo automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e apto à comercialização em território nacional, produto novo, não recondicionado e / ou remanufaturado, dimensões 205/75/ ARO 16 ATR, tipo sem câmara, aplicação FIAT/DUCATO, com padrão de qualidade devendo possuir selo de aprovação do INMETRO	Und	80
	9	Pneu veículo automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e apto à comercialização em território nacional, produto novo, não recondicionado e / ou remanufaturado, dimensões 90/90/ ARO 19 ATR, tipo sem câmara, aplicação HONDA/ BROS 160, com padrão de qualidade devendo possuir	Und	180

		selo de aprovação do INMETRO.		
	10	Pneu veículo automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e apto à comercialização em território nacional, produto novo, não recondicionado e / ou remanufaturado, dimensões 110/90/ ARO 17 ATR, tipo sem câmara, aplicação HONDA/ BROS 160, com padrão de qualidade devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	Und	290
	11	Pneu veículo automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e apto à comercialização em território nacional, produto novo, não recondicionado e / ou remanufaturado, dimensões 235/70/ ARO 16 MT/R (OFF ROAD), tipo sem câmara, aplicação MITSUBSH/ L200 GL, com padrão de qualidade devendo possuir selo de aprovação do INMETRO Categoria no mínimo B.	Und	150
	12	Pneu veículo automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e apto à comercialização em território nacional, produto novo, não recondicionado e / ou remanufaturado, dimensões 235/75/ ARO 15 MT/R (OFF ROAD), tipo sem câmara, aplicação FORD/ RANGER, com padrão de qualidade devendo possuir selo de aprovação do INMETRO Categoria no mínimo B.	Und	100
	13	Pneu veículo automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e apto à comercialização em território nacional, produto novo, não recondicionado e / ou remanufaturado, dimensões 225/75/ ARO 16 MT/R (OFF ROAD), tipo sem câmara, aplicação MITSUBSH/ L200 TRI-TON, com padrão de qualidade devendo possuir selo de aprovação do INMETRO Categoria no mínimo B.	Und	160
	14	Pneu veículo automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e apto à comercialização em território nacional, produto novo, não recondicionado e / ou remanufaturado, dimensões 90/90/ ARO 19, OFF ROAD, tipo sem câmara, aplicação HONDA/ BROS 160, com padrão de qualidade devendo possuir selo de aprovação do INMETRO Categoria no mínimo B.	Und	80
	15	Pneu veículo automotivo, construção radial, certificado pelo INMETRO, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e apto à comercialização em território nacional, produto novo, não recondicionado e / ou remanufaturado,	Und	80

		dimensões 110/90/ ARO 17, OFF ROAD, tipo sem câmara, aplicação HONDA/ BROS 160, com padrão de qualidade devendo possuir selo de aprovação do INMETRO Categoria no mínimo B.		
--	--	---	--	--

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

MEIOS USADOS NA PESQUISA	☐ Painel de preços. ☒ Contratações similares. ☐ Simas. ☒ Fornecedores. ☒ Internet. ☐ Especificar: (Indicar o meio). Outro.				
ESTIMATIVA DE PREÇO	Item	Descrição	Valor Unitário	Qtd	Valor Total
	1	Pneu veículo automotivo, dimensões 185/65/ ARO 15, aplicação Renault/Sandero.	R\$ 449,18	400	R\$ 179.673,60
	2	Pneu veículo automotivo, dimensões 175/70/ ARO 13, aplicação FIAT/UNO WAY.	R\$ 323,85	400	R\$ 129.540,00
	3	Pneu veículo automotivo, dimensões 175/70/ ARO 14, aplicação FIAT/STRADA.	R\$ 424,94	120	R\$ 50.992,80
	4	Pneu veículo automotivo, dimensões 195/65/ ARO 15, aplicação HONDA/CIVIC.	R\$ 502,96	8	R\$ 4.023,68
	5	Pneu veículo automotivo, dimensões 235/70/ ARO 16 ATR, aplicação MITSUBSH/ L200 GL	R\$ 633,21	400	R\$ 253.284,00
	6	Pneu veículo automotivo, dimensões 235/75/ ARO 15 ATR, aplicação FORD/ RANGE.	R\$ 905,30	120	R\$ 108.636,00
	7	Pneu veículo automotivo, dimensões 225/75/ ARO 16 ATR, aplicação MITSUBSH/ L200 TRITON.	R\$ 1.031,12	200	R\$ 206.224,00
	8	Pneu veículo automotivo, dimensões 205/75/ ARO 16 ATR, aplicação FIAT/DUCATO.	R\$ 873,90	80	R\$ 69.912,00
	9	Pneu veículo automotivo, dimensões 90/90/ ARO 19 ATR, aplicação HONDA/ BROS 160	R\$ 240,74	180	R\$ 43.332,20
	10	Pneu veículo automotivo, dimensões 110/90/ ARO 17 ATR, aplicação HONDA/ BROS 160.	R\$ 375,11	290	R\$ 108.781,90
	11	Pneu veículo automotivo, dimensões 235/70/ ARO 16 MT/R (OFF ROAD), aplicação MITSUBSH/ L200 GL	R\$ 1.532,67	150	R\$ 229.900,50
	12	Pneu veículo automotivo, dimensões 235/75/ ARO 15 MT/R (OFF ROAD).	R\$ 1.079,41	100	R\$ 107.941,00
	13	Pneu veículo automotivo, dimensões 225/75/ ARO 16 MT/R (OFF ROAD).	R\$ 1.378,80	160	R\$ 222.048,00

	14	Pneu veículo automotivo, dimensões 90/90/ARO19, OFF ROAD, aplicação HONDA/ BROS 160.	R\$ 309,75	80	R\$ 24.780,00
	15	Pneu veículo automotivo, dimensões 110/90/ARO 17, OFF ROAD, aplicação HONDA/ BROS 160.	R\$ 359,66	80	R\$ 28.772,80
				TOTAL	R\$ 1.767.842,48

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

A SOLUÇÃO SERÁ DIVIDIDA EM ITENS?	☒ Sim. ☐ Objeto indivisível. ☐ Perda de escala. ☐ Tecnicamente inviável. ☐ Economicamente inviável. ☐ Aproveitamento da competitividade. ☐ Outro. ☐ Não. Por quê? Especificar: (Indicar o motivo).
-----------------------------------	--

CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

HÁ CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES?	☒ Sim. Especificar: Contrato nº 004/2024 - CS Brasil Frotas S.A. Trata-se de contratação correlata de locação de veículos, sem sobreposição de objeto, uma vez que os pneus desta contratação se destinam exclusivamente à frota própria da ADEPARÁ.
---	---

ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO

HÁ PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL?	☒ Sim. Especificar item do PCA: Sim, consta no item destinado a área administrativa do PCA 2026.
---	---

RESULTADOS PRETENDIDOS

QUAIS OS BENEFÍCIOS PRETENDIDOS NA CONTRATAÇÃO?	☒ Manutenção do Funcionamento Administrativo ☒ Redução dos Riscos do Trabalho ☒ Serviço/Bem de Consumo ☒ Outro. ☒ Redução de Custos ☐ Aproveitamento de Recursos Humanos ☒ Ganho de Eficiência ☐ Realização de Política Pública Especificar: Continuidade das ações da ADEPARÁ no Estado do Pará.
---	---

PROVIDÊNCIAS PENDENTES	
HÁ PROVIDÊNCIAS PENDENTES PARA O SUCESSO DA CONTRATAÇÃO?	☐ Sim. ☒ Não.
IMPACTOS AMBIENTAS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	
HÁ PREVISÃO DE IMPACTO AMBIENTAL NA CONTRATAÇÃO?	☒ Sim. A contratação pode gerar impacto ambiental em razão do desgaste e descarte de pneus inservíveis ao final de sua vida útil, os quais, se não destinados adequadamente, podem causar danos ao meio ambiente e à saúde pública. Entretanto, tais impactos podem ser mitigados mediante a observância da legislação ambiental vigente, especialmente quanto às práticas de logística reversa, coleta e destinação ambientalmente adequada, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e a Resolução CO-NAMA nº 416/2009.
CONCLUSÃO	
A CONTRATAÇÃO POSSUI VIABILIDADE TÉCNICA, SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL?	☒ Sim. ☐ Não.

Cidade (PA), 9 de julho de 2026.

(Assinatura)

Roberto Borges

Gerencia de Segurança, Manutenção e Transporte – GSMT.

Diretoria Administrativa e Financeira – DAF.

Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - ADEPARÁ